# Introdução



Caro estudante,

Chegamos à nossa 16ª aula, última aula da disciplina Direito Cibernético. Esperamos que você tenha aproveitado!

Nesta nossa última aula você terá a oportunidade de conhecer mais algumas iniciativas interessantes de soluções alternativas de conflitos com ênfase na democratização de acesso à justiça.

Nesta linha de análise, será interessante conhecer as potenciais soluções adequadas (ou alternativas) de conflitos com o uso de NFTs e criptomedas.

Na sequência, abordaremos a busca por uma eficiência econômica com a mudança da cultura judicial que tradicionalmente é focada no litígio, iniciativa que não condiz com as melhores práticas do capitalismo consciente e da agenda ESG (Environment, Social and Governance – em tradução livre: Meio ambiente, Social e Governança Corporativa).

Por fim, abordaremos alguns temas desafiadores ao direito ao tratar das relações jurídicas com gamers.

Vamos lá!

# ODRs – Online Dispute Resolutions (soluções online de conflitos). Conceito e aplicações. Eficácia do sistema e democratização. Aplicação de NFT e blockchain às soluções por ODRs.



Podemos dizer que um dos principais problemas do judiciário é a morosidade na resposta da justiça. Com o intuito de reduzir essa potencial frustração da sociedade, estão surgindo medidas tecnológicas para o judiciário ser mais eficiente: trata-se das resoluções on-line de conflitos, ou ODRs (Online Dispute Resolutions).

As ODRs “são os sistemas ou ferramentas focadas em solução (e prevenção) de conflitos por meio de tecnologia informática, softwares e utilização da internet, utilizando-se inclusive de inteligência artificial” (MAIA; FERRARI, 2018, p. 1).

Em 1999 foi lançado o primeiro sistema da empresa de ODR pela plataforma de e-commerce eBa”. O sistema foi chamado de “Modria”, e tinha o objetivo de solucionar conflitos com o uso de e-mails. Naquela época foi atingida uma taxa de solução e eficiência equivalente a 50% dos conflitos das relações jurídicas.

A resolução on-line de conflitos (ODR) é a transposição dos métodos adequados de resolução de conflito para plataformas on-line, assim como a criação de novas formas de resolver litígios (design de sistemas). Entende-se que por meio dessas plataformas seria possível atender a demandas específicas, hoje não atendidas pelos tribunais tradicionais. Isso devido aos recursos oferecidos pelo meio digital e pela combinação de métodos ADR, ou seja, uma completa revolução da dinâmica presencial de resolução de conflitos (RULE, 2002, p. 13 apud MOURÃO, 2017, p. 1.)

Alguns exemplos de ODRs são Rechtwijzer (Holanda), focada em divórcios, e o TurboTax, um software americano que auxilia cidadãos a fazerem declaração de imposto de renda por meio de perguntas simples.

Interessante observar a solução realizada pela plataforma Kleros, que busca uma solução de ODR por meio da blockchain e uso de NFTs ou criptomoedas.

No Brasil temos um grande caso de sucesso da iniciativa pública pelo portal <https://www.consumidor.gov.br/>, que oferece um espaço para soluções de disputas entre empresas e consumidores, e que apresenta uma taxa de eficácia superior a 90%. Outro caso muito interessante é a solução adotada pelo Mercado Livre: a plataforma faz a própria intermediação e já resolve os problemas de seus consumidores com uma taxa de efetividade superior a 95%.

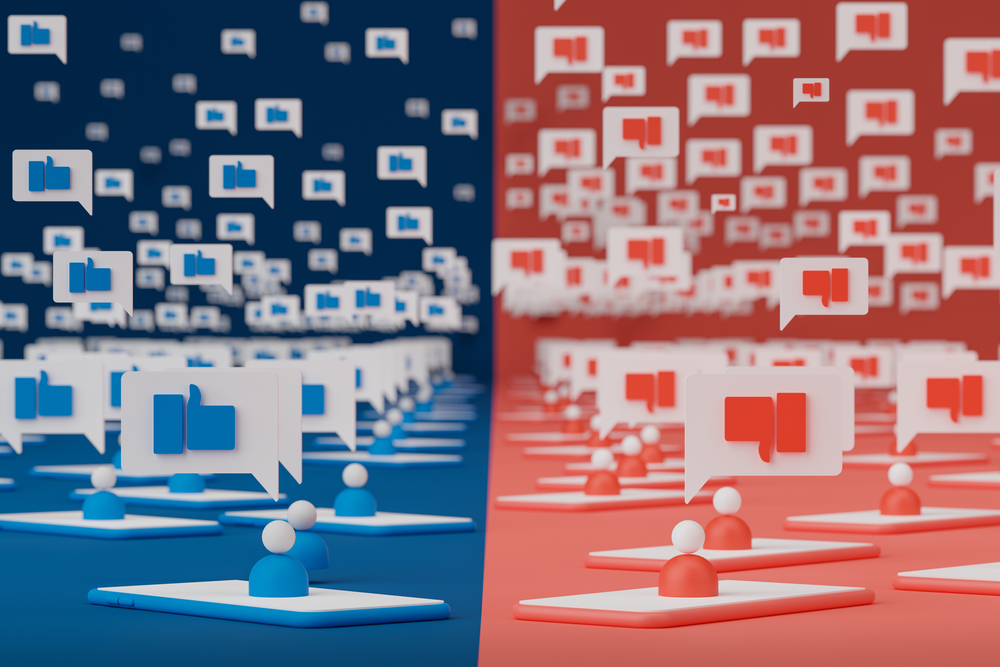
Além das iniciativas destacadas, é possível identificar algumas startups jurídicas (legaltech ou lawtech) com ênfase na solução adequada de conflitos, conforme figuras a seguir. Você encontrará uma série de outras soluções no site da Associação Brasileira de Legaltechs e Lawtechs (AB2L).

Algumas pessoas entendem que esse tipo de iniciativa acaba por retirar trabalho dos advogados. Porém, entendemos de maneira diferente: normalmente os conflitos de menor valor são direcionados para este tipo de solução, atendendo às reais necessidades do consumidor de forma rápida e com um custo expressivamente inferior. Esse tipo de solução representa uma verdadeira democratização de acesso à justiça, uma vez que além de garantir uma solução rápida e barata ao jurisdicionado, ainda acaba por desafogar o Poder Judiciário, permitindo que juízes tenham mais tempo disponível para se dedicarem aos processos que efetivamente precisam de uma solução judicial.

Se olharmos os dados da Justiça em Números publicado pelo CNJ ([s. d.]), constatamos que atualmente temos em tramitação no Brasil, em média, um processo para cada dois cidadãos. Um custo anual superior a 100 bilhões de reais, custeados pelo Estado em mais de 90% de seu valor. Ou seja, somado com outros custos, o Poder Judiciário tem um orçamento superior ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde. Precisamos rever essa cultura com extrema urgência.

Além de todos estes argumentos, o próprio advogado poderá prestar seus serviços no aconselhamento, na consultoria e no preventivo, em vez de dedicar a maior parte de seu tempo para demandas que não representarão um ganho efetivo de honorários.

# Eficiência econômica e conscientização pelo não conflito judicial em tempos de redes sociais e ESG.



Outro ponto interessante ao profissional do direito que busca uma atuação na área do direito cibernético é justamente a busca pela eficiência econômica e conscientização pelo não conflito judicial em tempos de redes sociais e ESG (Environment, Social and Governance – em tradução livre: Meio ambiente, Social e Governança Corporativa).

O que isso quer dizer?

Em 2017 os professores americanos Richard H, Thaler e Cass R. Sunstein ganharam o Prêmio Nobel de economia com a obra Nudge, que abre os estudos da chamada economia comportamental. Um dos seus focos de estudo é como criar motivação emocional para uma maior eficiência econômica das transações negociais. Ou seja, é a junção da neurociência, da inteligência emocional e das teorias econômicas.

Com esses estudos, chegou-se à conclusão de que certas motivações emocionais tem maior poder de persuadir o cidadão a tomar determinadas atitudes. A teoria também estuda as consequências reputacionais em relação a produtos, serviços, marcas etc.

Esses estudos mostraram que, se um Estado busca ser mais eficiente no procedimento de arrecadação de tributos, evitando que o contribuinte fique inadimplente, será muito mais barato e eficiente ao Estado criar um programa de premiação para quem recolhe tributos em dia ou solicita a emissão da nota fiscal do que efetivamente punir quem não paga tributos de forma pontual. Veja-se o exemplo que começou no Estado de São Paulo e depois foi repetido em todo o território nacional, com a premiação das pessoas físicas que solicitam a emissão de notas fiscais com a indicação do número do CPF do consumidor.

Na mesma linha, concluiu-se que as pessoas buscam concentrar suas compras com marcas, lojas do comércio e prestadores de serviços que estão constantemente preocupados com a sua boa reputação no mercado.

Certamente você já fez buscas para saber a respeito de uma determinada loja que ainda não conhece antes de realizar a compra em sites como “Reclame Aqui”, “Procon” e o próprio Poder Judiciário. Se a empresa não tem boa reputação, ou se tem muitos processos, você tendencialmente não comprará dela. O mesmo movimento é realizado por grande parcela dos consumidores.

Na mesma linha é o que ocorre com empresas que estão envolvidas em questões que resultam em crimes ambientais, violência a animais, discriminação racial, discriminação de gênero ou de orientação sexual. Os consumidores tendencialmente deixarão de realizar compras em tais empresas, uma vez que elas não têm um olhar para o ESG, não demonstram preocupação com regras mínimas de sustentabilidade ambientação, social e de governança corporativa.

Em tempos de redes sociais e de massificação do processo comunicacional, em que uma ação discriminatória, por exemplo, é instantaneamente transmitida para a internet e em menos de uma hora viraliza, esses fatores podem representar o fechamento de uma empresa ou uma loja, além de poderem arruinar a reputação de uma pessoa.

Daí a premente importância de mudança cultural dos profissionais do direito e dos empresários. Deve-se buscar evitar os conflitos judiciais e agir de forma coerente e sustentável empresarialmente e pessoalmente.

Isso representa a nova realidade econômica e do capitalismo consciente, formado por quatro pilares:

* Orientação para os stakeholders.
* Liderança consciente.
* Cultura consciente.
* Propósito maior.

# As relações jurídicas dos gamers



São claramente visíveis a evolução tecnológica e o desenvolvimento dos meios de comunicação. Os jogos eletrônicos cada vez mais representam uma importante indústria do entretenimento e do esporte, movimentando grandes investimentos e assumindo novos patamares de disputas, cenário que hoje alguns chamam de cybercultura gamer.

A legislação brasileira define esporte como prática profissional. Porém, a mesma legislação não menciona os esportes eletrônicos – mas isso não impede que o e-sport se desenvolva, afinal, a ausência de uma norma não pode impedir uma prática da atividade esportiva. A Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, conta com elementos adaptáveis à prática do e-sports, conseguindo suprir boa parte das lacunas jurídicas.

A Lei nº 9.615/98 trata de normas gerais do desporto no Brasil, e os jogos eletrônicos, por serem considerados esporte, são regidos pelas disposições desse artigo. Assim, é estabelecido entre as partes um contrato de trabalho desportivo.

Atualmente, a Lei nº 8.078/90 (CDC), referente às relações de consumo, também é aplicada nas relações de consumo virtuais, sendo o player de jogos on-line o consumidor, a depender da teoria que seja adotada conforme a finalidade. Ou seja, se o jogo eletrônico é realizado para pura diversão e entretenimento, será uma relação de consumo; no entanto, se o mesmo jogo é aplicado com o objetivo de uma prática esportiva profissional e com intenção de lucro, não há o que se falar na incidência do CDC.

Outro ponto importante é o direito de personalidade e a defesa das pessoas que estão realizando a prática esportiva, as quais têm seus nomes e imagens divulgadas e associadas a determinados times ou jogos. A respeito da personalidade seguimos o pensamento do professor Gustavo Tepedino, que instrui o seguinte:

[…] como especificação analítica da cláusula geral de tutela da personalidade prevista no Texto Constitucional e contida nos Arts. 1.º, III (dignidade da pessoa humana como valor fundamental da República), 3º, III (igualdade substancial) e 5º, §2º (mecanismo de expansão do rol dos direitos fundamentais).1

Os enunciados 278 da IV Jornada de Direito Civil e 587 da VII Jornada de Direito Civil do CJF2 consistem na violação da publicidade e personalidade se houver divulgação sem autorização da pessoa. Portanto, a associação do nome e imagem de um jogador deve ser precedida da respectiva autorização e/ou cessão de direito de imagem e voz com propósitos específicos, como para finalidades publicitárias.

Os profissionais gamers, quando participam de campeonatos, streaming e lives, têm sua imagem utilizada para fins comerciais e econômicos – nestes casos, o jogador previamente autoriza o uso e cede alguns direitos da personalidade. Considerando que tais práticas estão associadas a uma cessão por contrato por adesão, há um claro ponto de desafio ao direito, seja quanto à sua validade, bem como quanto à sua eficácia e alcance da respectiva cessão de direitos.

Importante ressaltarmos que o gamer normalmente tem uma relação profissional com alguma equipe determinada, obtendo remuneração. Para que isso ocorra de forma correta é necessário estabelecer um contrato de prestação de serviços, com a fixação de um valor mensal como pagamento. Portanto, havendo a caracterização dos elementos de um contrato de trabalho, deverão ser previstos os respectivos direitos trabalhistas, como décimo terceiro salário, FGTS, férias e jornada de trabalho.

Por fim, deve-se levar em conta que muitos jogadores são pessoas que ainda não atingiram a maioridade civil – são crianças ou adolescentes. As normas específicas aos contratos desportivos contam com tais previsões em conjunto com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas para a sua aplicação, devemos considerar que os jogos eletrônicos estão inseridos na realidade de tal norma, fato que ainda é controverso diante da falta de adaptação legislativa a essa realidade.

\_\_\_\_\_\_\_

1 TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena D. Fundamentos de Direito Civil – Vol I – Teoria Geral do Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense/Grupo GEN, 2020. p154.

2 Disponível em: [Jornadas de Direito Civil Enunciados Aprovados](https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej). Acesso em 09.dez.2022

# Videoaula: Soluções Alternativas de Conflitos. Relações jurídicas dos Gamers

Caro estudante, nesta videoaula você terá a oportunidade de conhecer as mais modernas técnicas de soluções adequadas (ou alternativas) de conflitos por meio das chamadas ODRs (soluções on-line de conflitos). Além disso, vai analisar a relação das ODRs com os conceitos vistos em redes distribuídas de criptomoedas e NFTs. São soluções que buscam eficiência na solução de conflitos e na própria democratização na solução de problemas do cidadão.

Na linha da eficiência, você estudará uma importante mudança de comportamento e, ao mesmo tempo, uma mudança cultural esperada do profissional do direito, especialmente para aquele que trabalha no ramo do direito cibernético. Tal mudança resulta em práticas que evitam o conflito, além de boas práticas com o objetivo de melhoria reputacional das empresas e pessoas. Reputação, em tempos de redes sociais e massificação do processo comunicacional, é fundamental. Tais teses tem como pano de fundo a Teoria da Economia Comportamental, que rendeu um Prêmio Nobel em 2017 aos professores Richard H. Taler e Cass R. Sunstein com a obra Nudge.

Fechando a disciplina, veremos as relações jurídicas com os gamers, temática contemporânea e que traz grandes desafios ao profissional do direito.

Aproveite!

# Saiba mais



Para aprofundar a temática das soluções on-line de conflitos e a sua importância como instrumento de desjudicialização, indicamos a leitura e estudo do seguinte artigo do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, disponível na base eletrônica da Biblioteca Digital, base de dados da Revista dos Tribunais Online.

CUEVA, R. V. B. Resolução de disputas on-line (ODR) e desjudicialização. **Boletim Revista dos Tribunais Online**, v. 27, maio 2022, DTR\2022\6229.

No artigo em análise, você verá as principais características dos meios adequados de soluções de conflitos, com ênfase a ODR (Online Dispute Resolutions – soluções on-line de conflitos). O Ministro destaca o importante papel das ODRs na desjudicialização dos conflitos de menor valor e/ou complexidade, bem como o importante papel para a democratização do acesso à justiça com a redução do número de processos em tramitação.

Bons estudos!

# Referências



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LAWTECHS E LEGALTECHS (AB2L). **Radar de Lawtechs e Legaltechs**. Disponível em: <https://ab2l.org.br/ecossistema/radar-de-lawtechs-e-legaltechs/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

AZEVEDO, B. de. **2 plataformas brasileiras de resolução de conflitos online que você precisa conhecer**. Bernardo de Azevedo, [s. d.]. Disponível em: <https://bernardodeazevedo.com/conteudos/2-plataformas-brasileiras-de-resolucao-de-conflitos-online/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Justiça em números**. CNJ, [s. d.]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

DIAS, E. S. **Resolução online de conflitos:** reflexos jurídicos e sociais. Âmbito Jurídico, 1 nov. 2020. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/resolucao-online-de-conflitos-reflexos-juridicos-e-sociais/#:~:text=A%20resolu%C3%A7%C3%A3o%20online%20de%20conflitos,lit%C3%ADgios%20(design%20de%20sistemas)>. Acesso em: 23 nov. 2022.

Enunciados das jornadas de Direito Civil. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej>. Acesso em 09.dez.2022

MAIA, A.; FERRARI, I. **Sistemas de resolução de conflitos online – Mais uma porta de acesso à Justiça**. Justiça & Cidadania, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/sistemas-de-resolucao-de-conflitos-online-mais-uma-porta-de-acesso-justica/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MORAD, R. **Os direitos trabalhistas dos gamers**. Morad Rodrigues Advocacia Desportiva, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://moradrodrigues.com/os-direitos-trabalhistas-dos-gamers/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MOURÃO, K. **Métodos Online de Resolução de Conflitos:** o caso europeu e uma análise do contexto jurídico brasileiro. Jus Brasil, [s. d.]. Disponível em: <https://kadurmourao.jusbrasil.com.br/artigos/552658954/metodosonlinederesolucao-de-conflitos-o-caso-europeu-e-uma-analise-do-contexto-juridico-brasileiro>. Acesso em: 23 nov. 2022.

QUINELATO, J.; FARIAS, J. P. J. **Desafios jurídicos dos e-Sports:** os direitos da personalidade e os atletas de jogos eletrônicos. Migalhas, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/350696/desafios-juridicos-dos-e-sports>. Acesso em: 23 nov. 2022.

TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena D. **Fundamentos de Direito Civil** – Vol I – Teoria Geral do Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense/Grupo GEN, 2020. p154.